

Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico José Régio

Aviso n.º 1913/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontram afixadas nesta Escola as listas de antiguidade do pessoal não docente da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico José Régio, Vila do Conde, com referência a 31 de Dezembro de 2004.

Das listas cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação do aviso, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

28 de Janeiro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Manuel da Costa Almeida*.

Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Lousada

Aviso n.º 1914/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada nesta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2004.

Da organização desta lista cabe reclamação a apresentar ao dirigente máximo do serviço no prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso.

2 de Fevereiro de 2005. — Pelo Presidente do Conselho Executivo, *Maria da Conceição Castro Carvalho*.

Escola Secundária c/ 3.º CEB Martins Sarmento

Aviso n.º 1915/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os devidos efeitos, faz-se público que se encontra afixada na sala dos funcionários desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente com referência a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

31 de Janeiro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Vítor Leite*.

Escola Secundária de Paredes

Aviso n.º 1916/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 93.º e no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontram afixadas no placard, no átrio, as listas de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportadas a 31 de Dezembro de 2004.

2 de Fevereiro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Benilde Pinto de Araújo Neto Costa*.

Agrupamento de Escolas do Pinheiro da Bemposta

Aviso n.º 1917/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, avisa-se todo o pessoal não docente do Agrupamento de Escolas do Pinheiro da Bemposta, que se encontra afixada na sala de pessoal a lista de antiguidade respeitante a 31 de Dezembro de 2004, da qual cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente aviso, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

3 de Fevereiro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Isabel Silva Brandão Amaral*.

Escola Secundária de Sá de Miranda

Aviso n.º 1918/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada no placard da Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino aprovada pelos serviços e reportada a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

31 de Janeiro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Fausto Alves Farinha*.

Escola ES/3 Senhora da Hora

Aviso n.º 1919/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada nos locais de estilo a lista de antiguidade do pessoal não docente desta Escola.

Os interessados dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para efeitos de reclamação.

2 de Fevereiro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *José Guilherme Lopes Azevedo*.

Escola Secundária de Vilela

Aviso n.º 1920/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada para consulta, no placard dos serviços administrativos desta Escola, a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino abrangido pelo supracitado decreto-lei reportada a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

31 de Janeiro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Albino Martins Nogueira Pereira*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO
E ENSINO SUPERIOR

Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P.

Despacho n.º 4098/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Janeiro de 2005 do presidente do conselho directivo do Instituto Tecnológico e Nuclear:

Maria da Conceição Pereira Serrano Nunes, chefe de secção do quadro de pessoal do Instituto Tecnológico e Nuclear — nomeada, em regime de substituição, chefe de repartição de pessoal e expediente. Esta nomeação produz efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 2005. — A Directora dos Serviços de Administração Geral, *Fátima Pereira Gonçalves*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4099/2005 (2.ª série). — O Decreto-Lei n.º 269-A/2002, de 29 de Novembro, criou o Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT), instituto público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e património próprio.

De acordo com os estatutos do IDT, publicados em anexo ao decreto-lei que o criou, são órgãos do IDT o conselho de administração e o conselho técnico-científico.

Considerando a necessidade de operacionalizar o conselho técnico-científico, órgão consultivo que terá uma importante relevância no que respeita à emissão de pareceres e prestação de contributos no desenvolvimento do que são as atribuições do IDT, nomeadamente, na vertente da investigação científica, área que se identifica como sendo fundamental para o desenvolvimento futuro deste Instituto, importa proceder à nomeação das cinco personalidades externas ao IDT que integram este órgão.

Assim, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 269-A/2002, de 29 de Novembro, e considerando as suas competências técnicas, qualificações profissionais e o reconhecido mérito demonstrados na área da droga e da toxicodependência, que se evidenciam nas respectivas notas curriculares publicadas em anexo ao presente despacho e que dele fazem parte integrante, nomeio os seguintes elementos para integrar o conselho técnico-científico do Instituto da Droga e da Toxicodependência:

Prof. Doutor João Eduardo Marques Teixeira;
Prof. Doutor Luís Valadares Tavares;

Juiz conselheiro António Gomes Lourenço Martins;
Prof. Doutor Jorge Nuno Negreiros de Carvalho;
Prof. Doutor Salvador Manuel Correia Massano Cardoso.

8 de Dezembro de 2004. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe da Conceição Pereira*.

Curriculum vitae

Informação pessoal:

Nome — João Eduardo Marques-Teixeira.
Morada — Rua de Alfredo Keil, 480, 4150-048 Porto, Portugal.
Telefone: +351917843635.
Fax: +351225071295.
Correio electrónico — marquesteixeira@netcabo.pt
Nacionalidade — portuguesa.
Data de nascimento — 4 de Maio de 1951.

Cargos actuais:

Académicos:

Professor agregado da Universidade do Porto;
Director do Centro de Ciências do Comportamento Desviante da FPCE-UP;

Investigação:

Director do Laboratório de Psicofisiologia da FPCE-UP;
Responsável pelo mestrado em Toxicodependências da FPCE-UP;

Saúde:

Director do Centro Hospitalar Conde de Ferreira (Porto).

Formação académica e profissional:

Licenciatura em Medicina, especialidade Psiquiatria;
Doutoramento em Psicologia, especialidade Saúde Mental (UP);
Agregação (UP);
Formação pós-graduada — psicoterapeuta.

Áreas de investigação:

Fundamental — psicofisiologia da toxicodependência;
Aplicada — intervenção na Toxicodependência; diagnósticos duplos.

Publicações:

Livros e capítulos de livros (mais representativos):

Toxicodependência e Auto-Organização, Lisboa, Instituto Piaget, 1992;
«Psicofisiologia, auto-organização e toxicodependência», in Cândido da Agra (coord.), *Dizer a Droga, Ouvir as Drogas. Estudos Teóricos e Empíricos para uma Ciência do Comportamento Aditivo*, Porto, Radicário, 1992;
«Processos psicofisiológicos em consumidores de droga e delinquentes» in Agra, C. (ed.), *Droga e Crime. Estudos Interdisciplinares* (vol. 6), Lisboa, GPCCD, 1997;
«Electrodermal and cardiac responses in drug addicts free of drugs», in *Proceedings Workshops EWODOR Portugal*, Lisboa, Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, 1998.
Comportamento Criminal. Perspectiva Bio-Psicológica, Lisboa, Alves & Alves, ed. 2000;

Artigos (mais representativos):

«Caos, anteaos e droga», *Toxicodependências*, 1995, 1: pp. 14-25;
«Factores biológicos e toxicodependência. Revisão de estudos no âmbito da neurobiologia das drogas», *Toxicodependências*, 4 (3), pp. 3-26, 1998;
«Droga e emoções», *Saúde Mental*, 3 (4), pp. 19-31, 2001;
«Coping styles and craving patterns: an evoked potentials brain mapping study on heroin addicts», *Proceedings of the XII World Congress of Psychiatry*, Yokohama, Japan, 2002;
Self-reported reasons for cannabis use among reported reasons for cannabis use among recovering substance abusers. *Proceedings of the 157th Annual Meeting of the APA*, New York, 2004;
«Comorbidade infecciosa e psiquiátrica em toxicodependentes de carreira: um estudo empírico a partir do Programa Porto Feliz», *Saúde Mental*, 5 (4), pp. 9-21, 2003;
«Vivência do corpo nos toxicodependentes», *Saúde Mental*, 2 (1), pp. 13-23, 2000.

Curriculum vitae

Luís Valadares Tavares, presidente do Instituto Nacional de Administração (INA) e professor catedrático de Sistemas e Gestão do Instituto Superior Técnico (UTL).

Áreas actuais de especialização incluem Gestão Estratégica e Administração Pública, Processos de Decisão, Modelos Comportamentais/Negociação, Avaliação e Gestão de Políticas Públicas.

Desempenhou vários cargos públicos, nomeadamente de director-geral do GEP, ME (1988-1992), presidente do Programa MINERVA (1989-1992), director do Programa de Informatização de Escolas do Banco Mundial (1989-1991), gestor do PRODEP (1989-1992), vice-presidente (1989-1991) e presidente (1992-1993) do Conselho de Educação da OCDE, coordenador nacional do Programa EURYDICE (UE), e presidente do Comité de Educação do Conselho das Comunidades (1.º semestre de 1992).

Autor de 10 livros e de cerca de 100 artigos, na maioria publicados em revistas internacionais, e coordenador da «Avaliação da estratégia nacional da luta contra a droga 1999-2003», relatório de avaliação externa elaborado pelo Instituto Nacional de Administração e encomendado pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência.

Curriculum vitae

Nome: António Gomes Lourenço Martins.

Data de nascimento — 29 de Março de 1939.

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra.

Fez concursos para magistrado do Ministério Público e juiz de direito. Foi director-geral da Polícia Judiciária, de 1977 a 1983, procurador-geral-adjunto e membro do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, de 1983 a 1999.

Juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (Secção Criminal), desde 8 de Abril de 1999 — jubinado em Junho de 2003.

Presidiu aos grupos de trabalho que prepararam as reformas da legislação de combate à droga de 1983 e de 1993.

Presidiu ao grupo de trabalho que preparou o diploma sobre branqueamento de capitais (1995).

Preparou os diplomas de combate à droga vigentes no território de Macau.

Consultor das Nações Unidas.

Presidiu ao grupo *ad hoc* que ultimou os trabalhos do regulamento comunitário de criação do Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência (OEDT), com sede em Lisboa.

Membro da Comissão para a Estratégia Nacional de Combate à Droga (Fevereiro de 1998).

Membro do Órgão Internacional de Controlo de Estupefacientes, eleito pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas para um mandato de cinco anos, que teve início em Março de 1995, sendo seu presidente em 1999-2000.

Professor de Direito da Informática, no IJC da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde 1993.

Publicou vários artigos em revistas de especialidade sobre matérias jurídicas, droga e informática; é autor do livro *Droga e Direito*, 1994, e co-autor do livro *Cyberlaw em Portugal*, 2004.

Curriculum vitae

I — Identificação — Jorge Nuno Negreiros de Carvalho, filho de José de Carvalho e de Maria da Natividade Gomes Negreiros, natural da freguesia de Cedofeita, concelho do Porto, nascido a 27 de Março de 1956 e residente em Leça da Palmeira, Matosinhos, portador do bilhete de identidade n.º 3318477, emitido pelo arquivo de Lisboa.

II — Graus académicos:

Licenciatura em Psicologia (Universidade do Porto);
Doutoramento em Psicologia, especialidade de Saúde Mental (Universidade do Porto);
Agregação em Psicologia (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto);

III — Situação académica actual — professor associado com agregação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto onde lecciona a disciplina de Modelos de Intervenção no Comportamento Desviante; dirige seminários e faz a supervisão de estágios.

IV — Áreas de investigação:

Prevenção do abuso de drogas;
Consumos problemáticos de drogas;
Comportamentos anti-sociais e delinquência;
Educação para a saúde.

V — Publicações mais recentes:

Negreiros, J. (2003), *As Drogas e as Cidades: Perfis e Prevalências de Consumidores Problemáticos*, Porto, Radicário;

- Negreiros, J. (2001), *Padrões e Consequências do Consumo de Drogas em Matosinhos: Resultados na População Estudantil e em Consumidores Problemáticos*, Matosinhos, CMM;
- Negreiros, J. (2001), «Prevenção do consumo de drogas: Teoria, investigação e prática», in N. Torres e J. P. Ribeiro (editores), *A Pedra e o Charco: Sobre o Conhecimento e Intervenção nas Drogas*, Lisboa, Imanedições;
- Negreiros, J. (2000), *Delinquências Juvenis: Trajectórias, Intervenção e Prevenção*, Lisboa, Editorial Notícias;
- Negreiros, J. (1999), «O futuro da prevenção das toxicodependências», *Toxicodependências*, 5, pp. 35-41, 1999;
- Negreiros, J. (1998), «Relação entre o consumo de álcool e drogas e comportamentos anti-sociais nos jovens», *Toxicodependências*, 4, pp. 51-58;
- Negreiros, J. (1997), *Prevenção do Abuso do Álcool e Drogas nos Jovens*, (2.ª edição), Porto, Radicário.

Curriculum vitae

Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, professor catedrático de Epidemiologia e Medicina.
 Director do Instituto de Higiene e Medicina Social da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
 Especialista em Medicina do Trabalho.
 Especialista em Saúde Pública.
 Competência em Epidemiologia.
 Coordenador dos cursos de:

Mestrado em Saúde Ocupacional;
 Mestrado em Saúde Pública;
 Medicina do trabalho.

Director do Gabinete de Medicina do Trabalho da Universidade de Coimbra.
 Membro do Conselho Nacional da Ética para as Ciências da Vida.
 Membro do conselho consultivo da Ordem dos Médicos do Centro.
 Presidente do conselho geral das Águas de Coimbra.
 Presidente da assembleia geral da Associação Portuguesa de Epidemiologia.
 Membro da Academia Portuguesa de Medicina.
 Membro da Real Academia de Medicina e Cirurgia da Galiza.
 Membro da assembleia de representantes da Faculdade de Medicina de Coimbra.
 Autor e co-autor de mais de uma centena de trabalhos de investigação nas áreas da epidemiologia das doenças cardiovasculares, oncologia, saúde ocupacional, saúde ambiental, sociologia médica e medicina preventiva.
 Autor e editor de vários livros de epidemiologia, saúde pública e saúde ocupacional.
 Deputado à Assembleia da República (IX Legislatura).

Despacho n.º 4100/2005 (2.ª série). — Considerando a nomeação do Prof. Doutor Manuel Maria Ferreira de Sousa Abecassis para o cargo de coordenador da Organização Portuguesa de Transplantação pelo meu despacho n.º 21 716/2004, de 1 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 23 de Outubro de 2004, e a jubilação de vários membros do Conselho de Transplantação, há necessidade de operacionalizar este órgão consultivo e de assessoria da Organização Portuguesa de Transplantação, a quem cabe emitir parecer sobre as questões mais importantes da actividade de colheita e transplantação, nomeadamente quanto aos seus aspectos éticos, de segurança, logísticos, de recolha de dados e de avaliação de resultados. Importa, por isso, proceder à nomeação dos 10 elementos pertencentes às principais áreas de transplantação, que integram o Conselho de Transplantação.

Assim, nos termos da alínea e) do n.º 7 do despacho n.º 257/96, de 13 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 3 de Setembro de 1996, com a redacção que lhe foi dada pelo despacho n.º 89/97, de 11 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 3 de Abril de 1997, nomeio os seguintes elementos pertencentes às principais áreas de transplantação para integrar o Conselho de Transplantação:

Prof. Doutor Alfredo Fânzeres da Mota;
 Dr. José Rodrigues Mendes do Vale;
 Dr. António Luís Lobo Morais Sarmiento;
 Prof. Doutor Fernando José Monteiro Judas;
 Prof. Doutor Joaquim Carlos Murta;
 Prof. Doutor João Manuel Godinho Queiroz e Melo;
 Prof. Doutor José Eduardo Guimarães;

Prof. Doutor Manuel Antunes;
 Dr. Rui Moreno;
 Dr. Vítor Manuel Ribeiro.

31 de Janeiro de 2005. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe da Conceição Pereira*.

Louvor n.º 151/2005. — A Dr.ª Maria de Jesus Feijóo fundou e dirigiu o serviço de genética médica do Hospital de Egas Moniz, tornando-o num serviço de referência a nível clínico laboratorial e a nível da formação pós-graduada, tendo substituído o internato complementar, até ao reconhecimento daquela especialidade — para o que, também, muito contribuiu o seu trabalho — pela Ordem dos Médicos.

A sua actividade na investigação foi reconhecida através de numerosos convites recebidos para integrar vários projectos e para fazer parte de diversas sociedades científicas, nacionais e estrangeiras, da especialidade.

Na sua passagem à situação de aposentada é justo destacar e dar como exemplo uma vida dedicada à investigação científica e desenvolvimento de uma área da medicina que se tem afirmado como das mais importantes na compreensão, prevenção e diagnóstico precoce de diversos tipos de patologias, pelo que, e por proposta do conselho de administração do Hospital de Egas Moniz, S. A., lhe concedo público louvor.

23 de Janeiro de 2004. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe Pereira*.

Louvor n.º 152/2005. — O Dr. Luís Alberto Machado Luciano terminou a sua licenciatura na Faculdade de Medicina de Lisboa em 1961.

Frequentou os internatos geral, intermediário e complementar de clínica cirúrgica nos Hospitais Cívicos de Lisboa, tendo realizado exame final deste último em 1970.

Em Abril de 1972 tomou posse de assistente de cirurgia do Hospital Distrital de Setúbal, após concurso nacional, em que foi classificado em 1.º lugar.

Em Novembro de 1979, após concurso, tomou posse do lugar de chefe de clínica de cirurgia geral, actualmente chefe de serviço. Foi nomeado director do serviço de cirurgia I a partir de 1985, cargo que desempenhou até à sua aposentação.

Exerceu variadíssimos cargos neste Hospital, dos quais se destacam:

Membro da comissão instaladora — 1975;
 Membro da direcção clínica — 1982;
 Director clínico — 1988.

Pela sua alta diferenciação profissional foi considerado um dos grandes impulsionadores da actividade científica do Hospital de São Bernardo, S. A., tendo sido responsável pela formação de várias gerações de cirurgiões que aqui fizeram a sua aprendizagem e representam hoje valor de qualidade a nível nacional.

Foi um dos fundadores e fez parte da primeira direcção da Sociedade Portuguesa de Cirurgia e da Sociedade Médica dos Hospitais Distritais, tendo exercido as funções de presidente da direcção e presidente da assembleia geral.

Foi membro do colégio de especialidade de cirurgia geral da Ordem dos Médicos.

Actualmente é presidente da assembleia geral da Distrital de Setúbal da Ordem dos Médicos.

Pela competência, dignidade e lealdade que sempre mostrou nas funções que desempenhou e por tudo quanto fez pelo Hospital de São Bernardo, S. A., é amplamente merecedor do público louvor que por proposta do conselho de administração deste Hospital lhe concedo.

23 de Janeiro de 2004. — O Ministro da Saúde, *Luís Filipe Pereira*.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

Despacho n.º 4101/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 719/74, de 18 de Dezembro, e do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 13 de Fevereiro, requisito ao Banco Comercial Português (BCP), a Dr.ª Ana Paula Vicente Ramires de Matos Pacheco para desempenho de funções de assessoria técnica ao conselho de administração do Instituto de Gestão Informática e Financieira da Saúde (IGIF) na área do desenvolvimento de estudos e análises de carácter económico, dado o seu perfil profissional e adequado currículo, pelo período de um ano, eventualmente renovável por iguais períodos.

2 — A requisitada opta pelo seu vencimento de origem, a suportar pelo IGIF, bem como as demais regalias sociais e contratuais inerentes à função que vinha desempenhando na sua instituição de origem.